

Marcos de formação/transformação da Região Metropolitana de Campinas à luz da história territorial paulista: séculos XVII-XX

Mirza Maria Baffi Pellicciotta



Historiadora. Me., História Social, Doutoranda em História Cultural pela Unicamp. Secretaria Municipal de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo de Campinas. Campinas [SP]. Brasil. <mirzapellicciotta@yahoo.com.br>.

André Luiz dos Santos Furtado



Biólogo (UERJ). Me., Ecologia (UFRJ), Dr., Ecologia (UFRJ). Bolsista do DAAD e da EED no Leibniz-Institut für Gewässerökologie und Binnenfischerei em Neuglobsow (Alemanha). Pesquisador da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Campinas [SP], Brasil.

Aula elaborada para o projeto Geotecnologias como apoio à elaboração de material didático para o ensino fundamental: Atlas Ambiental Escolar da Região Metropolitana de Campinas sob coordenação de Cristina Criscuolo. CNPM/Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento por Satélite. 2010.

CONPADRE'2010. Apresentado no 1º Seminário de Planejamento Regional [Conpadre n.03/2010].

Conferência Internacinal sobre Patrimônio e Desenvolvimento Regional. Campinas e Jaguariúna [Brasil], 2010.

Resumo

O território de São Paulo contém, em seu interior, diferentes paisagens culturais; paisagens que, formadas no curso do tempo, sofreram transformações profundas nos últimos séculos frente aos processos acelerados de substituição da cobertura vegetal pela produção diversificada de gêneros, criação e agricultura de exportação; pela entrada massiva de grupos populacionais procedentes das mais variadas regiões do Brasil e do mundo (cerca de 70 grupos étnicos); pela intensidade da urbanização (entre os séculos XIX e XX); pela complexificação dos sistemas de escoamento (estradas tropeiras, linhas férreas, estradas de rodagem, aviação), entre outros, que permitiram a então Capitania, depois Província e atual Estado vencer a Serra do Mar (que a mantivera isolada da dinâmica colonial ao longo dos séculos XVI a XVIII) e estabelecer vínculos comerciais e produtivos entre as regiões mais interiorizadas e o litoral. Particularmente, nos últimos cento e sessenta anos, a intensidade e força de certos processos, em grande medida *externos* ao território paulista, se revelaram capazes de *apagar* (nos limites entre dizimar e incorporar) a presença milenar de populações indígenas, ao mesmo tempo em que *diluir* marcas centenárias de constituição cultural original (indígenas e européias) para dar lugar a paisagens plenamente alteradas em suas bases econômicas, sociais, culturais e políticas originais. A expressão “paulista”, utilizada para caracterizar um povo *diferente* pelos hábitos, língua, costumes e formas de vida mestiça, passou em pouco tempo a designar uma população *disforme* pelos tantos aspectos culturais, vínculos e motivações agora associadas ao capital transnacional. No estudo da Região Metropolitana de Campinas encontramos testemunhos das diferentes paisagens.

Palavras-chave

Território, paisagem cultural, Região Metropolitana de Campinas.

Landmark's transformation of the Metropolitan Region of Campinas in the light of territorial State history: centuries XVII-XX

Abstract

The territory of São Paulo contains, in its inland, different cultural landscapes, which were formed in the course of time and underwent profound changes in recent centuries in the face of: accelerated processes of replacement of the vegetation cover by the production of diverse goods, cattle rearing, and agriculture for export; massive influx of population groups coming from different regions of Brazil and of the world (about 70 ethnic groups); intensity of urbanization (within centuries XIX and XX); the complexity of the distribution systems (drovers roads, railways, highways, aviation), among others, which enabled the former captancy, later a province and currently a state, to overcome the Serra do

Mar mountain ridge (which had kept it isolated from the colonial dynamics over centuries XVI to XVIII), and to establish commercial and production bonds between rural regions and the coast. Particularly within the last 160 years, the intensity and strength of certain processes taking place largely outside the State area have proved themselves able to delete (ranging the boundaries between decimating and incorporating) the ancient presence of indigenous peoples, while diluting centenary marks of original enculturation (indigenous and european) to give rise to landscapes fully altered in their original economic, social, cultural and political bases. The portuguese expression "paulista", used to distinguish a population different due to its habits, language, customs and mixed ways of life, shortly started designating a population deformed by such an amount of cultural aspects, bonds and motivations now linked to transnational capital. In the study of the Metropolitan Region of Campinas we have found evidences of different landscapes.

Keywords

Territory, cultural landscape, Metropolitan Region of Campinas.

Nos sertões paulistas (séculos XVI e XVII)

Através de registros iconográficos conhecidos é possível observar o quanto o território da América Portuguesa se transformou no curso dos séculos XVI e XVII. Com uma população distribuída em diferentes e distantes regiões, foi no curso dos séculos que a colônia adquiriu uma fisionomia própria, revelando ao mesmo tempo especificidades regionais que nasciam fruto de percursos econômicos e composições étnicas originais.

Concentrada, a princípio, na faixa litorânea, esta população revelou pouco a pouco sua *mobilidade*, ousando penetrar pelo “sertão” (por áreas do interior da Colônia) num movimento até então proibido pelas leis metropolitanas que tencionavam manter seus colonos na proximidade do mar; e na medida em que esta penetração ganhou forma, ela fez nascer outras formas e experiências de sobrevivência e vida colonial. Nos sertões de São Paulo, nas regiões açucareiras (especialmente Pernambuco e Bahia), ou ainda, nos territórios ao norte (Maranhão e Grão Pará, a partir do século XVII) se desenvolveram, pouco a pouco, trajetórias de ocupação cujas especificidades se associaram aos níveis de vinculação que puderam estabelecer com o Mundo Metropolitano¹.

De fato, as terras que vieram a compor o território brasileiro se encontravam ocupadas por uma população hoje estimada em cerca de 6 milhões de índios, achando-se esta população espalhada por diversas áreas e segmentada em inúmeras etnias distintas, e embora fossem percebidas genericamente como “índios” pelos portugueses do século XVI, elas possuíam uma trajetória de mais de 14 mil anos, achando-se profundamente integrada nas matas, nos campos, nos cerrados e nos demais ecossistemas de um imenso território (CUNHA, 1998). As possibilidades

¹ Mirza Pellicciotta. O Alto e Médio Tocantins em Tempo e Espaço de transformação. Subsídios históricos para o “Projeto Peixe Angical”. Empresa Documento Arqueologia e Antropologia. São Paulo, 2000/2001. Texto inédito com registro de direito autoral na Biblioteca Nacional.

de penetração e ocupação portuguesa pelas regiões desta porção da América, portanto, se dariam na proporção em que enfrentassem, incorporassem ou eliminassem suas populações originais, valendo considerar que a sobrevivência dos europeus dependeu diretamente da sabedoria destes povos milenarmente integrados a uma paisagem até então desconhecida e perigosa, estabelecendo-se uma troca de conhecimento e de modalidades de sobrevivência/existência que acabaram por transformar as atividades e os povos sobreviventes (MONTEIRO, 1994).

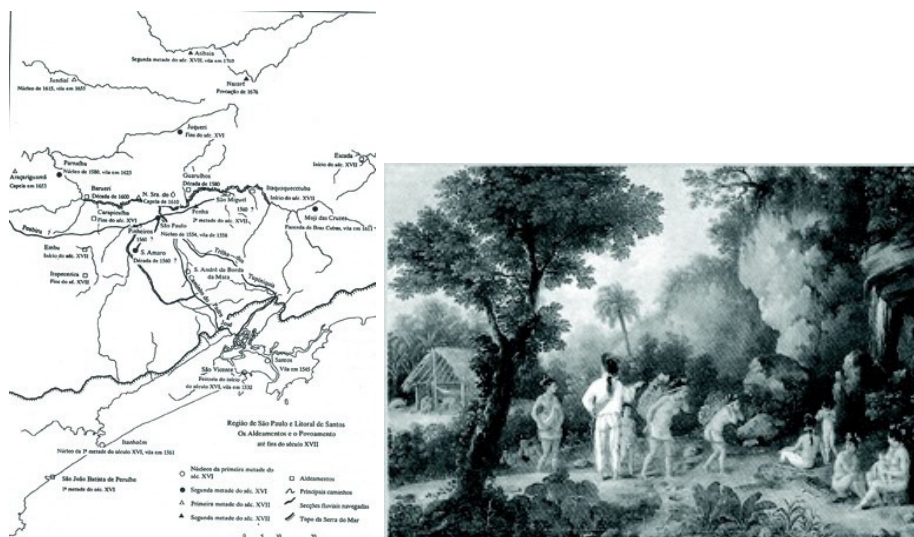


Figura 1. Fonte: Petrone, Pasquale. Aldeamentos Paulistas. São Paulo: EDUSP, 1995.

Quando, então, nos voltamos para estudar a formação da capitania de São Paulo, nós nos deparamos com estas marcas, ou ainda, com uma trajetória de penetração/ocupação territorial fundada na presença (e nos saberes) destes ocupantes milenares, as etnias indígenas, questão que nos leva a afirmar que foi a presença massiva destas populações, com sua arte de sobrevivência nas matas e nos campos, com seus conhecimentos sobre os rios, fauna e flora o que possibilitou aos europeus circular e se fixar – para produzir – no território, nascendo daí as bases de uma cultura mestiça que, a semelhança das demais regiões brasileiras em formação, procurou *avançar* sobre um território indefinido na busca de conquistar e colonizar outros “sertões” (HOLANDA, 1957). A história paulista íntegra e expressa, portanto, a formação e desenvolvimento da América Portuguesa, uma colônia que por mais de trezentos anos orientou seus esforços para a conquista interna de um vasto território ocupado, desdobrando-se daí a constituição e sedimentação de suas paisagens culturais.

A penetração/ocupação do território paulista, propriamente dito, adquiriu características mais específicas ao se dar de maneira mais “isolada” (TAUNAY, 1950); neste caso, as limitações impostas pela *serra do mar* a dinâmica de contato entre a colônia e o mundo europeu fizeram nascer uma trajetória de penetração/ocupação profundamente marcada pelos saberes indígenas, pela gestação de uma economia modesta e pelo desenvolvimento de uma sociedade itinerante que no curso dos séculos XVI, XVII e parte do XVIII alcançou regiões localizadas na atualidade, nos estados do Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais,

Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul², nelas originando as bases de uma cultura regional que se tornaria conhecida como “caipira”. Os primeiros núcleos de povoamento e tentativas de fixação européia no território paulista, por sua vez, ocorreram na região litorânea entre os séculos XVI e XVII, em áreas que hoje englobam os municípios de Paranaguá (PR), Morretes (PR), Antonina (PR), Cananéia, Iguape, Peruíbe, Itanhaém, São Vicente, Santos, Guarujá, São Sebastião e Ubatuba. Nestes séculos surgiram também núcleos de povoamento no planalto, associados a aldeamentos (em especial, jesuíticos), a instalação de fazendas (com suas capelas de devoção) e entrepostos comerciais - hoje em dia localizados no município de São Paulo e em suas imediações, nos municípios de Cotia, Carapicuíba, Barueri, Embu, São Roque, Santana do Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Araçariguama, Itu, Salto, Porto Feliz, Sorocaba, Piracicaba, Mogi das Cruzes, Guararema, Ribeirão Pires, São Luiz do Paraitinga, Atibaia, Jundiaí, Taubaté, Itaquaquetuba, Iporanga, Nazaré, Jacareí, Cabreúva, Registro, Lapa (PR) (PETRONE, 1995).



Figura 2. Fonte: Miguel Dutra. O Poliédrico Artista Paulista. São Paulo: MASP, 1981.

Nos dois primeiros séculos, portanto, o povoamento das terras paulistas fez-se restrito a uma área de até 100 km da atual capital (Taubaté, 1636) e com cerca de 60 km de raio (Jundiaí, Parnaíba, Itú, Sorocaba e Atibaia) (MATOS, 1991); neste período, o território que viria a abrigar séculos depois a atual Região Metropolitana de Campinas achava-se tomado pelas matas, pelos campos e serrados, além de ocupado por etnias indígenas.

As transformações da capitania de São Paulo (Século XVIII)

No século XVIII, os processos de penetração já apresentavam mudanças. De fato, desde a segunda metade do século XVII, a circulação de paulistas pelas regiões de sertão lhes havia possibilitado identificar veios auríferos no território que posteriormente integraria o Estado de Minas Gerais; a criação de inúmeros arraiais e

² Mirza Pellicciotta. Os Sertões do Paranapanema. Subsídios históricos para o “Projeto Taquaruçu-Sumaré. Linha de transmissão 440 kv”. Empresa Documento Arqueologia e Antropologia. São Paulo, 1999. Texto inédito com registro de direito autoral na Biblioteca Nacional.

a prática de mineração, no entanto, não impediram que a Metrópole Portuguesa viesse a incorporar este território e afastar os paulistas do controle (“guerra dos emboabas”). Apesar da derrota, outras incursões paulistas por regiões ainda mais interiorizadas permitiram-lhes realizar novas descobertas auríferas (atuais estados de Goiás e Mato Grosso), criar novos arraiais, praticar a mineração e estabelecer uma rota fluvial e regular de abastecimento – “Rota das Monções” – na busca de preservar algum domínio sobre as regiões. Esta rota interligava o povoado de Araraitaguaba (Porto Feliz) a região aurífera através dos rios Tietê, Paraná, Ivinhema ou Pardo, por meio dos quais se alcançava um “varadouro” que os conduzia a bacia do Rio Paraguai. Neste caso, com base nas tradições bandeiristas de penetração, os paulistas iniciavam na primeira metade do século XVIII uma outra experiência de mercado de abastecimento que, em pouco tempo, ganharia outras dimensões.

De fato, foi a descoberta de metais preciosos e a constituição de regiões mineradoras nos antigos sertões paulistas que trouxeram mudanças mais profundas no território paulista, constando entre estes desdobramentos a criação, pela Metrópole Portuguesa, das Capitânicas de Minas Gerais, de Goiás, de Mato Grosso, do Rio Grande e de Santa Catarina; a anexação provisória dos sertões paulistas ao governo da Capitania do Rio de Janeiro (1748/1765) e a recriação da Capitania paulista com o território reduzido a um terço das proporções originais. A partir de 1765, esta Capitania passava a se delimitar pelo Rio Paraná (Oeste), pelo Rio Grande (norte) e pela área correspondente ao Estado do Paraná (ao sul), destacando-se o Rio Tietê ao centro como principal artéria de deslocamento (PETRONE, 1968).

A criação de capitânicas auríferas, por sua vez, impulsionou a migração de populações de diferentes regiões da colônia (Maranhão, Piauí, Bahia, Rio de Janeiro, entre outras) e motivou/estimulou os núcleos paulistas a direcionar parte de sua produção de abastecimento para um **mercado interno** em crescimento; os desdobramentos não tardariam a chegar... não apenas os paulistas intensificaram a produção e transporte de gêneros, como outras populações começaram a penetrar pelo território paulista para atender as mesmas demandas, resultando daí uma transformação ainda mais profunda dos caminhos de desenvolvimento paulista.

Mas, se para alcançar as minas de Cuiabá (MS) os paulistas utilizavam de uma rota fluvial (caminho que cumpriu papel central no abastecimento de parte da região centro-oeste); para chegar as minas de Goiás fazia-se necessário seguir por terra, estabelecendo-se um traçado que seguia os passos de seu descobridor, Bartolomeu Bueno da Silva (que receberia o direito de cobrar tributos pela passagem sobre os rios).

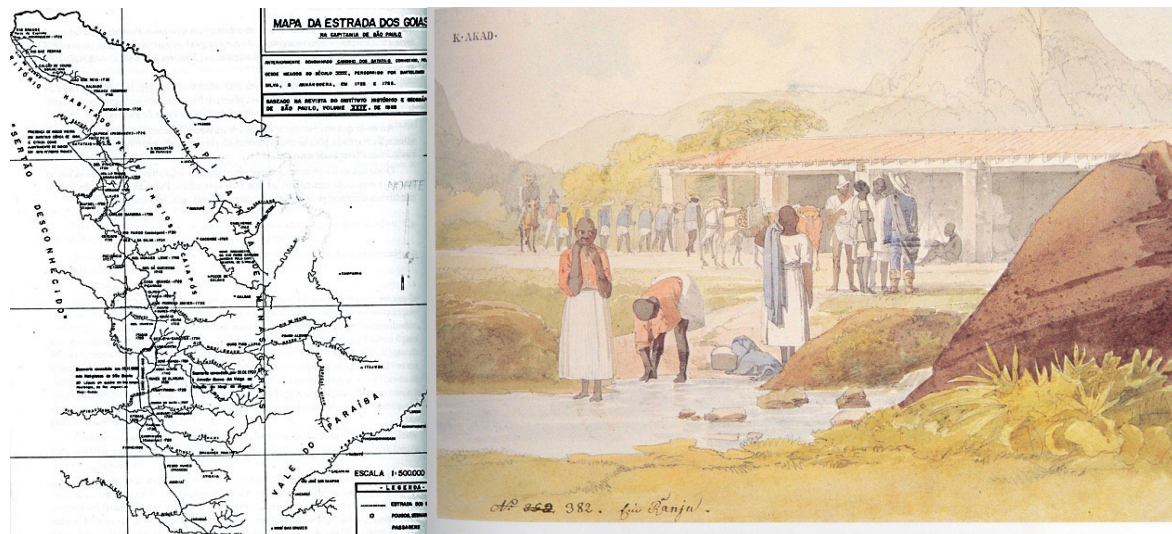


Figura 3. “Mapa da estrada de Goiás na Capitania de São Paulo”. Fonte: RIHGSP, vol XXIV, 1926. Org: R. Vasconcellos Martins In. Na Estrada do Anhanguera uma Visão Regional da História Paulista. São Paulo: Humanitas/CERU, 1999.

O “Caminho do Anhanguera” ou “Estrada dos Goyases”, como se tornou conhecida, partia de São Paulo rumo a Jundiáí, passava pelo bairro rural de Mato Grosso (Campinas)³, margeava a Serra da Mantiqueira e na altura do “sertão da farinha podre” (triângulo mineiro) tomava a direção oeste rumo as minas de Goiás e Mato Grosso. Esta estrada, no curso do século XVIII, acabou por fixar pousos, fazendas de gado e de cavalgadas (que também forneciam gêneros para a sustentação da estrada), além de promover a instalação de povoados (instalações geralmente precedidas/acompanhadas pela obtenção de sesmarias) tornando-se “razão de existência e (...) sobrevivência” dos “primeiros assentamentos populacionais” (BRIOSCHI 1991) que dariam origem as cidades de Mogi Mirim (1769), Mogi Guaçu (1877), Casa Branca (1841), Batatais (1839), Franca (1821), entre outras. A “Estrada do Anhanguera”, na altura do “sertão da farinha podre” também dava acesso ao caminho para a comarca do rio das mortes (São João Del Rei) – a “Picada de Goiás” (aberta em fins da década de 1740) – prestando-se a interligar o sul de Minas Gerais ao território goiano. Este caminho possibilitaria aos mineiros disputar com os paulistas o fornecimento de gêneros e criações para os arraiais e vilas goianas e mato-grossenses, auxiliando-nos a compreender o porque do enfraquecimento vivido pela “Estrada dos Goiaeses” entre as décadas 1740/1800, período no qual praticamente cessaram as distribuições de sesmarias em seu trajeto.

Além desta rota, surgiriam outras estradas destinadas a interligar as vilas paulistas com os mercados em desenvolvimento, entre elas: a “Estrada para a Vila da Constituição” – que interligava as vilas de São Paulo a Ararituaba/Porto Feliz (1797), passando por Itu e Constituição/Piracicaba; a “Estrada para a divisa de Minas Gerais” – que seguia por Juqueri, Atibaia (1769) e Bragança (1797); a “Estrada do

³ O pouso das Campinas Velhas (localizado, hoje em dia, em área próxima ao Estádio do Guarani) foi criado no interior da sesmaria de Antonio da Cunha de Abreu, responsável por impulsionar entre as décadas de 1750 e 1770 a formação do “Bairro Rural do Mato Grosso”, em terras da Vila de Jundiáí. Constituído por dois núcleos de povoamento relativamente próximos (núcleo “das Campinas Velhas” e núcleo “de Santa Cruz”), foi na década de 1770 que se formou um terceiro “campinho” localizado entre as duas áreas anteriores e que acabou por reforçar sua sedimentação, promovendo a elevação do bairro à condição de freguesia. Já cercados pelas plantações de cana de açúcar, a antiga área de pouso firmou o lugar de vila, somando às atividades de abastecimento e comércio, a exportação de açúcar (para a região das minas e para a zona costeira), em num novo momento da história paulista.

Norte de São Paulo” - que interligava São Paulo a Bananal, no Vale do Paraíba, através das atuais Mogi das Cruzes (1611), Jacareí (1653), São José dos Campos (1767), Taubaté (1645), Pindamonhangaba (1705), Guaratinguetá (1651), Lorena (1788), Areias (1816) e Bananal (1832); a “estrada para Ubatuba” (1637), que passava por Santos, São Sebastião e Caraguatatuba (1857); e ainda, o caminho para o Paraná “através de Cotia, São Roque, Sorocaba, Itapetininga e Faxina (atualmente Itapeva)” (MATOS, 2001).

Em direção **oeste** também começavam a ser abertos caminhos por terra, entre eles, o “Picadão de Cuiabá”, que rumava para os ainda pouco conhecidos “campos do Araraquara” localizado entre os rios Tietê, Jacaré-Guaçu e Moji-Guaçu⁴.

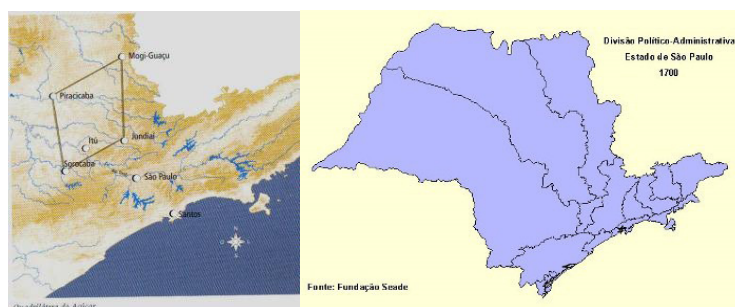


Figura 4. Quadrilátero do Açúcar (à esquerda). In. LEITE, Marcelo (org.). Nos caminhos da biodiversidade paulista. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 2007, p187. Divisão Política Administrativa do Estado de São Paulo (à direita). Fundação SEADE.

Além da abertura de estradas e da dinamização de atividades de comércio, a expansão dos *negócios de abastecimento* mineiros viria a ocupar um lugar importante na transformação dos sertões paulistas em função de parte destes negócios (agro-pastoris) se darem no próprio território paulista... na verdade, desde 1740, um forte e contínuo contingente de mineiros começara a penetrar pelas fronteiras paulistas para seguir rumo ao oeste, trazendo consigo um outro sistema de ocupação e utilização das terras: em lugar de sesmarias ou aquisição de propriedade, os mineiros tomavam “posse” das terras para instalar suas pastagens e criações com finalidades comerciais, utilizando-se de aprimoramentos técnicos e de uma organização de trabalho própria.

Ora, ao se expandir pelos terrenos paulistas, esta nova modalidade de *economia de subsistência* passava a ocupar o lugar das atividades tradicionais paulistas fundadas na *agricultura itinerante* (mais refratária às relações de mercado); os *negócios mineiros* (procedente da região de São João Del Rey) logo alcançaram a Estrada dos Goiazes para dar lugar aos “sertões dos batataes” (depois “sertões do rio pardo”); décadas depois, eles passaram a formar os “campos de araraquara”, e ainda mais adiante, os sertões do “extremo oeste” (regiões de Bauru e Araçatuba). Na prática, esta dinâmica migratória fazia nascer uma sucessão de posses e pousos (com sesmarias ou não envolvidas) que mais se assemelhavam a fazendas especializadas “em atender aos viandantes e às tropas que seguiam pelo caminho”. Suas unidades produtivas mantinham roçados de mandioca, cana, feijões, bananas, algodão, milho,

⁴ Mirza Pellicciotta. Sertões Paulistas: formação e desenvolvimento de Araçatuba, Araraquara, Porto Ferreira, Ribeirão Preto e São Carlos. Subsídios históricos para o “Projeto Transporte de Gás Natural”. Zanettini Arqueologia. São Paulo, 2004. Texto inédito com registro de direito autoral na Biblioteca Nacional.

entre outros... associados, muitas vezes, aos campos de pastagem e a criação de gado vacum, cavalari e suínos, de forma que elas ofereciam sustentação não apenas para a estrada mas para o desenvolvimento econômico da própria Capitania.

De qualquer forma, em lugar da maneira tradicional “paulista” de habitar os sertões (com base na agricultura itinerante e num convívio relativamente violento com as etnias indígenas), eram as relações mineiras que começavam a se interiorizar e trazer uma outra lógica de trato da terra, criação e atendimento aos viajantes. As atividades de abastecimento das paragens passaram pouco a pouco a estabelecer relações com outras paragens e promover uma dinamização comercial entre as atividades e localidades, modificando antigas “bocas de sertão” em “paragens de viajantes”, ou ainda, em povoados promotores do desenvolvimento de “novas fronteiras”. No curso do tempo, enfim, estas “pequenas e médias unidades produtoras dedicadas a diversas atividades voltadas para o auto-abastecimento, para o mercado interno e, mais tarde, para o mercado externo” (BRIOSCHI 1991) acabaram por desempenhar um papel fundamental na incorporação e desenvolvimento das relações de mercado no interior do território paulista colonial.

Entre Capitania, Província e Estado (Século XIX)



Figura 5. Província de São Paulo, 1868. In LEITE, Marcelo (org). Nos caminhos da biodiversidade paulista. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 2007. **Figura 6.** Miguel Dutra. O Políedrico Artista Paulista. São Paulo: MASP, 1981.

Através da “Estrada dos Goiazes” e dos demais caminhos (terrestres e fluviais) pelos sertões paulistas, as atividades agrícolas e criatórias associadas ao **mercado interno** ganharam mais uma especialidade no início do século XIX: lavouras extensivas de cana de açúcar e café voltadas para o **mercado externo**.

Estas lavouras começaram a surgir nas últimas décadas do século XVIII na porção sul da Capitania, no chamado “quadrilátero do açúcar” (formado entre as regiões de Constituição/Piracicaba, Mogi Guaçu, São Carlos/Campinas e Itu), em resposta a um conjunto diverso de fatores econômicos e políticos, entre eles, uma nova política governamental que se voltava a promover a ocupação, produção e povoamento do território através da concessão de sesmarias em regiões consideradas estratégicas, da adoção de medidas para a reestruturação do porto de Santos, da melhoria das vias de comunicação entre o planalto e o litoral, ou ainda, da definição de novas

diretrizes de comercialização com a Metrópole.



Figura 7. Aquarela de Hercules Florence. Meados do século XVIII. Campinas, Museu da Imagem e do Som.

Na região de Campinas, os canaviais começaram a chegar nas últimas décadas do século XVIII e em pouco tempo, o montante da produ o somado aos recursos por ela obtidos permitiu ao povoado pleitear e obter o estatuto de vila (1797), além de receber o título de cidade (1842) quando da substitui o das lavouras extensivas de cana de a ugar por café. Na região da atual Piracicaba (Constitui o), as planta es de cana tiveram início nos últimos anos do século XVIII, registrando-se três engenhos no ano de 1798 e uma produ o de 700 arrobas; estes números subiram para 115.609 arrobas e 78 estabelecimentos em 1836 (PETRONE 1968). De fato, uma ampla região já se encontrava tomada pelos canaviais nas primeiras décadas do século XIX quando o naturalista francês Saint Hilaire avistou nas imedia es da “Estrada dos Goiases”, em 1819, uma: “... vasta extensão de terras muito povoadas que, em toda a Província de São Paulo, produz maior quantidade de cana de assucar e compreende as terras de Mogi Mirim, São Carlos (Campinas), Jundiá, Itu, Capivari, Porto Feliz e Constitui o” (SAINT HILAIRE, 1953). Também, nas áreas paulistas mais interiorizadas como os “campos de Araraquara” as lavouras extensivas de cana – e depois, as de café – passaram a ocupar o lugar da produ o dos gêneros alimentícios, tornando-se majoritária por volta de 1850 quando os lucros do a ugar permitiram a importa o de alimentos, ainda que   custa de verdadeiros períodos de carestia.

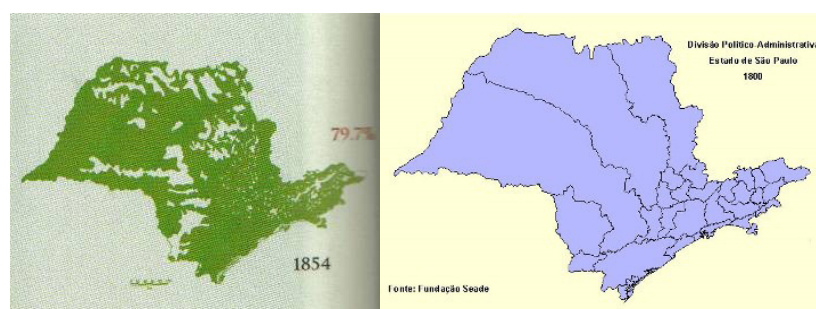


Figura 8. Fonte: Victor *et al.* Reconstitui o da Cobertura Vegetal do Estado de São Paulo (  esquerda). In LEITE, Marcelo (org). Nos caminhos da biodiversidade paulista. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 2007. Divisão Política Administrativa do Estado de São Paulo (  direita). Funda o SEADE.

Enfim, ambas as frentes – a chamada “frente de expansão” (com o predomínio de atividades de subsistência frente às de troca) e a “frente pioneira” (caracterizada por

empreendimentos econômicos) se mantiveram ativas nos processos de penetração e ocupação dos “sertões” (SOUZA MARTINS 1971), disputando terrenos que permaneciam ocupados por etnias indígenas, valendo considerar que, em meados do século XIX, a decretação da “Lei de Terras” no território brasileiro trouxe desdobramentos particulares para a então Província de São Paulo. Esta lei, decretada em 1850, substituía o sistema de sesmarias (interrompido desde 1822) pela regulamentação de contratos de compra/venda de propriedades, ao mesmo tempo em que instituiu para áreas consideradas “não ocupadas” a categoria de *terra devoluta*, colocando “em disponibilidade” para aproveitamento, imensas extensões de terras entre as quais, os territórios indígenas, abrindo outras/novas possibilidades de avanço das frentes “de expansão” e “pioneira” sobre regiões como as de Bauru, que desde meados do século XIX passara a abrigar etnias caingangues e otis (PINHEIRO, 1992).

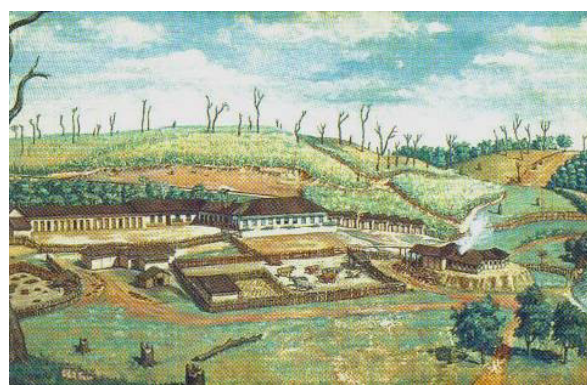


Figura 9. Mapa da Província de São Paulo, 1886. **Figura 10.** Pintura baseada em foto de Militão de Azevedo. In LEITE, Marcelo (org). Nos caminhos da biodiversidade paulista. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 2007, p.190.

O desenvolvimento de lavouras extensivas de cana e café, somado a penetração de posseiros/criadores/negociantes de origem mineira por um território já ocupado por etnias indígenas e paulistas/agricultores itinerantes, se traduziria, enfim, num conflituoso processo de posse de terra, sobressaindo-se, de fato, a “marcha do café” em função da velocidade com que este “episódio da civilização capitalista” conseguiria transformar as paisagens paulistas (MONBEIG, 1984). A “onda verde”, que chegara aos sertões paulistas pelo Vale do Paraíba, penetrava agora pelos contrafortes ocidentais da Mantiqueira (Itu, Jundiaí, Campinas, Amparo, Bragança, São João da Boa Vista, Mococa) e, “aproveitando os afloramentos de terra roxa”, começava a seguir para a depressão periférica através da região ao norte de Campinas (Limeira, Araras, Rio Claro, Leme, Piraçununga e Descalvado). Na antiga região dos “campos de Araraquara”, as primeiras mudas de café começaram a ser introduzidas na década de 1830, enquanto na região da atual São Carlos, a Sesmaria do Pinhal (terras de Antonio Carlos de Arruda Botelho) introduzira o cultivo de 60 mil pés de café na década de 1860; passadas duas décadas, as fazendas do Conde do Pinhal já contabilizavam cinco milhões de pés de café (1878), enquanto as fazendas de Araraquara registravam cerca de dois milhões de pés.

Passadas várias décadas, as plantações de café alcançariam os maciços de Ribeirão Preto (dividido pelo Rio Pardo) e os de Araraquara – ambos separados pelo vale do rio Mogi-Guaçu – nas últimas décadas do século XIX, e a partir deles, os cafezais se

espalhariam pelas “grandes extensões de terra roxa no planalto ocidental paulista” (de Mococa ao Vale do Paranapanema, acompanhando o escarpamento da cuesta).

Identificada por Monbeig como “terceira fase da penetração cafeeira”, a produção nesta região contabilizaria no início do século XX, o montante de 110 milhões de cafeeiros no maciço de Ribeirão Preto (entre as terras, ao norte, de Batatais e as terras, ao sul, de Ribeirão Preto, Sertãozinho, São Simão, Cravinhos e Santa Rita do Passa Quatro) e de 100 milhões de cafeeiros no maciço de Araraquara (à esquerda do Rio Mogi-Guaçu, rumo as terras de São Carlos do Pinhal, Descalvado, Pitangueiras, Araraquara, Bebedouro e Jaboticabal). Ainda, na zona compreendida entre Araraquara e a calha do rio Tietê (nas proximidades de Jaú e Brotas) se faria presente 70 milhões de pés de café (entre as décadas de 1880 e 1910), e do outro lado do Rio Tietê, na área junto a *cuesta*, outros 45 milhões de cafezais (nas regiões de Botucatu/São Manoel, com prolongamento para Lençóis, Avaré, Piraju e Salto Grande)... eixo, por sua vez, que começava a aproximar a lavoura cafeeira das imediações de Bauru.

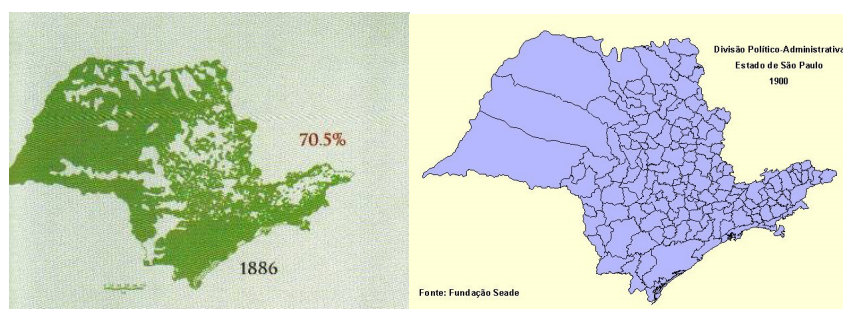


Figura 11. Fonte: Victor *et al.* Reconstituição da Cobertura Vegetal do Estado de São Paulo (à esquerda). Divisão Política-Administrativa do Estado de São Paulo (à direita). Fundação SEADE.

Com tal volume de produção, enfim, seria inevitável que nas últimas décadas do século XIX a economia cafeeira assumisse o centro das atenções, dos investimentos e das relações de poder no território paulista, restando aos criadores de gado e aos lavradores de subsistência – há muito instalados em várias porções do “sertão” –, a alternativa de regulamentar suas “posses” e aderir ao novo processo ou vender suas terras e migrar mais para o oeste... De fato, ambos os fenômenos ganharam lugar e as “bocas de sertão” passaram a se deslocar cada vez mais para oeste (levadas por mineiros), ao mesmo tempo em que novos mineiros, paulistas, cariocas e cidadãos de outras paragens (em especial, portugueses) avançavam pelas *terras de mata*, consideradas as mais férteis para abrir as lavouras de café.

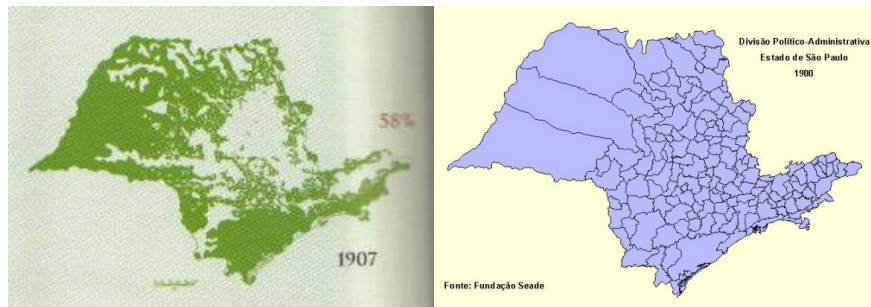
Em uma perspectiva paralela, a expansão cafeeira patrocinara a chegada da ferrovia na Província/Estado de São Paulo a partir de 1867, e entre os diversos papéis que este empreendimento desempenhou constou a tarefa histórica de vencer o isolamento imposto pela Serra do Mar aos “negócios” paulistas por meio da criação/desenvolvimento de um sistema adequado (seguro, rápido) de transporte de carga e passageiros entre o planalto e o mar. Coube também ao *sistema ferroviário* acelerar a penetração e transformação de vastas áreas de campo e mata em novas áreas de lavoura, criação e industrialização, potencializando o desenvolvimento, a articulação e a geração de um padrão de ocupação estruturado na monocultura

extensiva, na diversificação do capital, na especialização regional e na migração em massa. A história de suas empresas se fez marcada, igualmente, pelas disputas de territórios, pela criação de monopólios e modernização tecnológica, transformando-se o “trem” na própria representação de “progresso”. O papel desempenhado pela ferrovia no complexo cafeeiro, enfim, acabaria por substituir as centenárias nomenclaturas dos sertões paulistas por nomes de empresas de circulação regional, entre elas, as expressões: “região central” (para a área de Campinas, Porto Feliz, Piracicaba, Indaiatuba, Bragança); “mogiana” (para a área de Mogi Mirim, Mogi Guaçu, Pedreira); “baixa paulista” (para a área de Rio Claro, Araraquara, Limeira); “alta sorocabana” (para uma vasta área com início em Botucatu); “alta paulista e noroeste” (para a área de Bauru).

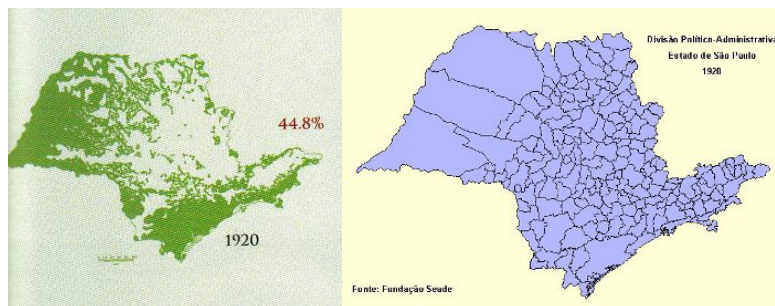
Nas origens da Região Metropolitana de Campinas, nós encontramos diversos testemunhos destes processos. De fato, algumas cidades foram criadas no calor dos acontecimentos – como Itatiba (1857), Indaiatuba (1859), Monte Mor (1871), Santa Bárbara (1869) e Pedreira (1896) – integrando processos que possibilitariam o desenvolvimento do complexo cafeeiro, ou ainda, as resistências a sua expansão, constituindo-se contemporâneas das cidades de Rio Claro (1845), Araraquara (1832), Limeira (1842), Constituição/Piracicaba (1821), São Carlos (1865) e Mogi Guaçu (1877).

O Estado Republicano paulista (Século XX)

Entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, enfim, grande parte da Província/Estado de São Paulo já se achava transformada pela expansão - sem precedentes - da economia cafeeira, segmento agrícola que, ao aprimorar suas relações e vínculos com o mercado, deixara-se (re) organizar como setor produtivo de forma a alcançar os mais altos níveis de qualidade exigidos pelo comércio internacional. Utilizando-se de vastíssimas terras virgens, de força de trabalho abundante (inicialmente escravo, depois livre), de equipamentos especializados, de novas modalidades de transporte e de uma significativa diversificação de capital, a produção do “ouro verde” transformara as paisagens paulistas. O século XX, neste sentido, começava marcado pelo crescimento acelerado das cidades, ou ainda, pela sedimentação/fortalecimento de suas zonas de produção e circulação. Ao longo das décadas, cada uma destas zonas cafeeiras recebera o apoio, em paralelo a expansão das lavouras, de um conjunto articulado e dinâmico de empreendimentos voltados a assegurar/ ampliar a produtividade agrícola, diversificar os investimentos, garantir o abastecimento e a comercialização de gêneros (agrícolas ou não) das próprias regiões. E em meio a essa dinâmica, a fixação de trabalhadores cumpria um papel primordial, a ponto de tornar-se objeto de uma variedade de empreendimentos imobiliários específicos (rurais e urbanos), destinados a orientar esta fixação em diferentes pontos de produção do complexo.



Figuras 12. Fonte: Victor *et al.* Reconstituição da Cobertura Vegetal do Estado de São Paulo (à esquerda). Divisão Política Administrativa do Estado de São Paulo (à direita). Fundação SEADE.



Figuras 13. Fonte: Victor *et al.* Reconstituição da Cobertura Vegetal do Estado de São Paulo (à esquerda). Divisão Política Administrativa do Estado de São Paulo (à direita). Fundação SEADE

Os trabalhadores trazidos para o território paulista procediam de diversos países e continentes e eles começaram a chegar, em escala massiva, nas últimas décadas do século XIX. Os registros populacionais das décadas de 1850 a 1880 nos revelam um pouco sobre as “realidades” experimentadas por estas pessoas. Eles nos fornecem dados, por exemplo, sobre a convivência que trabalhadores livres e escravos poderiam manter entre si, ou ainda, sobre as regiões a que se destinavam. Neste caso, com base em registros de 1854, 1874 e 1886, podemos observar que os novos trabalhadores escravos se mantiveram concentrados, neste período, nas regiões “central” (38 mil escravos em 1854, 52 mil em 1874, 31 mil em 1886) e “mogiana” (15 mil escravos em 1854, 23 mil em 1874, 21 mil em 1886), encontrando-se em menor número na zona da baixa paulista (5 mil escravos em 1854, 15 mil em 1874, 17 mil em 1886) e em pequeno número na zona paulista (2.500 escravos em 1854 e 2600 em 1886). No caso dos trabalhadores livres imigrantes, até o ano de 1886, eles ainda se apresentavam incipientes frente ao volume de trabalhadores escravos, além de, ao contrário dos anteriores, se encontrarem concentrados na “baixa paulista” (7700 imigrantes), na “mogiana” (4900 imigrantes) e na “região central” (4890 imigrantes) (MEMÓRIA URBANA, 2001).

**Estado de São Paulo
Agricultura - Arrobas Produzidas de Café, segundo as Zonas:
1905 – 1920 – 1934 – 1940**

Zonas ⁽¹⁾	Arrobas Produzidas			
	1905	1920	1934	1940
Capital	8.275	1.007	1.220	465
Vale do Paraíba e Litoral Norte	1.804.355	734.387	898.751	556.996
Central	4.490.684	2.271.763	3.669.253	1.937.219
Mogiana	12.145.312	8.850.184	8.973.764	9.080.156
Baixa Paulista	7.417.916	3.263.620	6.146.144	6.225.798
Araraquense, Douradense e Paulista	5.780.946	2.956.700	14.389.620	15.234.061
Noroeste e Alta Paulista	93.821	580.139	13.200.365	18.521.470
Alta Sorocabana	3.931.375	1.536.868	7.189.330	9.321.973
Baixa Sorocabana	117.403	39.420	85.388	67.437
Santos e Litoral Sul	28.992	9.860	56.390	39.912
Estado	35.819.079	20.243.948	54.610.225	60.985.487

FORNE DOS DADOS BÁSICOS: Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos – USP – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – José Francisco de Camargo – Boletim n.º 153 – volume III – 1952.
Elaboração: Emplasa 2001.

(1) vide Municípios e Zonas, pág. 9.

**Estado de São Paulo
Indústria - Número de Estabelecimentos
Industriais, segundo as Zonas:
1907 – 1939**

Zonas ⁽¹⁾	1907	1939
Capital	169	9.279
Vale do Paraíba e Litoral Norte	12	1.436
Central	96	3.581
Mogiana	7	2.817
Baixa Paulista	16	2.091
Araraquense, Douradense e Paulista	8	2.727
Noroeste e Alta Paulista	2	2.013
Alta Sorocabana	1	1.630
Baixa Sorocabana	-	256
Santos e Litoral Sul	15	789
TOTAL	326	26.619

FORNE DOS DADOS BÁSICOS: Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos – USP – José Francisco de Camargo – Boletim n.º 153 – vol. III – 1952.
Elaboração: Emplasa 2001.

(1) Vide Municípios e Zonas, pág. 9.

**Estado de São Paulo
População Rural, Urbana e Densidade Demográfica, segundo as Zonas:
1920 – 1934 – 1940**

Zonas ⁽¹⁾	População				Área e Densidade Demográfica			
	Rural		Urbana		1920		1940	
	1934	1940	1934	1940	Km ²	Hab./Km ²	Km ²	Hab./Km ²
Capital	113.444	130.931	1.055.332	1.349.185	4.699	139,3	4.828	306,5
São Paulo	-	67.779	1.033.202	1.258.482	897	645,5	1.484	893,7
Outros	113.444	63.152	22.130	80.703	3.802	19,9	3.344	46,0
Vale do Paraíba e Litoral Norte	335.389	293.445	141.145	178.880	19.012	25,5	18.687	25,3
Central	566.738	497.543	276.597	351.116	24.274	31,0	25.040	33,9
Mogiana	670.833	587.874	200.556	255.274	27.876	29,0	27.369	30,8
Baixa Paulista	433.390	350.515	168.452	226.260	20.811	25,4	20.144	28,6
Araraquense, Douradense e Paulista	728.853	730.520	150.679	213.312	42.807	13,6	35.985	28,2
Noroeste e Alta Paulista	507.416	637.253	111.574	219.253	23.803	5,8	39.284	21,8
Alta Sorocabana	508.041	563.040	91.820	180.977	52.348	6,5	44.215	16,4
Baixa Sorocabana	126.352	147.670	20.013	27.402	21.290	6,3	20.686	8,5
Santos e Litoral Sul	76.714	73.214	150.189	186.472	10.319	15,7	11.001	23,6
Total	4.069.170	4.012.205	2.364.157	3.158.111	247.239	18,57	247.239	29,0

FORNE DOS DADOS BÁSICOS: Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos (Ensaio sobre as Relações entre a Demografia e a Economia) – USP – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – José Francisco de Camargo – Boletim n.º 153 – n.º 1, volume II – 1952.

Elaboração: Emplasa 2001.

(1) Vide Municípios e Zonas, pág. 9.

Estado de São Paulo
População Estrangeira Segundo as Zonas:
1920 - 1940

Zonas ⁽¹⁾	Italianos		Portugueses		Japoneses		Espanhóis		Alemães		Outros		Total	
	1920	1940	1920	1940	1920	1940	1920	1940	1920	1940	1920	1940	1920	1940
Capital	91.544	73.949	64.887	78.949	966	8.923	24.962	35.136	4.556	20.702	18.591	67.810	206.246	285.469
Outros	5.077	6.381	2.903	4.617	415	3.522	1.384	3.166	393	1.801	952	4.405	11.124	23.892
1ª Zona	96.621	80.330	67.590	83.566	1.381	12.445	26.286	38.302	4.948	22.503	19.543	72.215	216.369	309.361
2ª Zona	4.439	2.378	3.397	2.464	65	3.687	2.370	1.481	247	718	1.561	2.121	12.079	12.847
3ª Zona	60.265	22.271	11.095	5.897	282	2.772	18.290	9.634	1.351	1.683	7.109	5.467	98.402	47.724
4ª Zona	79.609	22.656	18.693	6.181	4.580	5.742	28.502	8.888	922	1.007	7.064	3.913	139.550	43.387
5ª Zona	59.292	19.925	18.766	8.142	1.840	4.184	19.323	6.116	1.406	1.196	6.455	4.016	107.082	43.578
6ª Zona	64.651	33.149	13.881	9.460	3.364	6.072	40.799	22.442	891	1.166	6.577	4.975	130.163	77.264
7ª Zona	9.572	15.805	4.268	8.615	5.467	65.226	11.832	17.736	169	1.341	1.598	5.665	32.846	114.088
8ª Zona	20.404	13.747	6.960	6.816	2.781	22.062	14.847	11.446	409	2.187	3.203	6.856	48.504	63.114
9ª Zona	578	299	271	243	410	1.397	115	151	145	374	410	1.335	1.929	3.799
10ª Zona	3.366	2.731	22.237	23.867	4.285	5.370	8.925	7.011	562	1.224	3.532	3.625	42.927	43.628
Total	398.797	213.091	167.198	155.251	24.435	128.957	171.289	121.207	11.060	33.397	57.103	110.088	829.851	761.991

FONTE DOS DADOS BÁSICOS: Crescimento da População no Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos. (Ensaio sobre as Relações entre a Demografia e a Economia) - USP - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras - José Francisco de Camargo - Boletim n.º 1, volume II - 1952.
 Elaboração: Emplasa 2001.
 (1) Vide Municípios e Zonas, pág. 9.

Figuras 14, 15, 16, 17. Memória Urbana. A Grande São Paulo até 1940. São Paulo: Arquivo do Estado/Emplasa/Imprensa Oficial, 2001, volume 2.

Entre os anos de 1886 e 1900, período no qual a imigração em massa já se encontrava estabelecida – e em que a escravidão se achava abolida desde as vésperas da decretação da República (1889) –, é possível observar algumas variações entre as regiões no quesito *empregabilidade*; de fato, são nas “franjas pioneiras” (áreas de desmatamento e abertura de novas plantações) que se encontram as maiores demandas por trabalhadores, sugerindo-nos os números de 1886/1900 que: as zonas central e mogiana ainda se achavam produtivas: suas populações praticamente duplicaram; que a zona da paulista ocupava o lugar de ponta: sua população quadruplicara; que a zona da “sorocabana” apresentava uma produção e crescimento ainda modestos: sua população crescera cerca de 25%. Os números de 1920 a 1940 já registram variações: eles nos dizem que as zonas central e mogiana deixaram de contar com uma produção significativa: suas populações não registravam variações; que as zonas paulista e alta sorocabana ainda se achavam produtivas: suas populações praticamente duplicaram; que a zona da “noroeste” ocupava o lugar de ponta: a sua população quadruplicara (MEMÓRIA URBANA, 2001).

Entre os anos 1901 e 1940, período marcado pela entrada massiva de imigrantes, podemos perceber que as regiões apresentam oscilações em suas capacidades de atrair e reter as novas populações; a região central, por exemplo, que recebera 49 mil imigrantes em 1901, registra em 1940 a entrada de apenas 19 mil imigrantes; a “mogiana”, pelo contrário, recebera 155 mil imigrantes em 1901 e em 1940 permanecia atrativa para 118 mil imigrantes. A zona da “baixa paulista” que contara em 1901 com a entrada de 97 mil imigrantes, permanecia em 1940 com a entrada de 74 mil imigrantes, repetindo-se na zona da paulista um volume semelhante: 81 mil em 1901 e 92 mil em 1940 (MEMÓRIA URBANA, 2001).

Um outro conjunto de dados nos permite observar a diversidade étnica destas populações, sendo possível constatar, de saída, a presença majoritária de italianos em todas as zonas cafeeiras, entre as décadas de 1920 e 1940; atrás deles viriam os imigrantes espanhóis e portugueses (com números semelhantes), e em menor escala, japoneses e alemães. Estes números, no entanto, revelam variações quando observamos sua distribuição pelas regiões: existem áreas com concentrações étnicas distintas, como a zona central que conta predominantemente com italianos, espanhóis, portugueses, alemães e japoneses; a zona mogiana que concentra, respectivamente, italianos, espanhóis, portugueses, alemães e japoneses; a baixa paulista que apresenta italianos, espanhóis e portugueses (números equivalentes), além de japoneses e alemães. Enfim, para termos uma visão um pouco mais detalhada desta diversidade, uma amostragem de 1934 nos ajuda a perceber que, nesta ocasião na capital e nos sertões paulistas, São Paulo contava com a presença de 300 mil italianos, 176 mil portugueses, 160 mil espanhóis, 131 mil japoneses, 25 mil sírios, 12 mil austríacos, 983 estônios, 3400 franceses, 12800 húngaros, 1800 ingleses, 15600 letos, 9300 russos, 8000 eslavos, 8700 argentinos, 1600 norte americanos, 450 paraguaios e 780 uruguaios (MEMÓRIA URBANA, 2001).



Figura 18. Mapa do Município de Campinas, 1929.

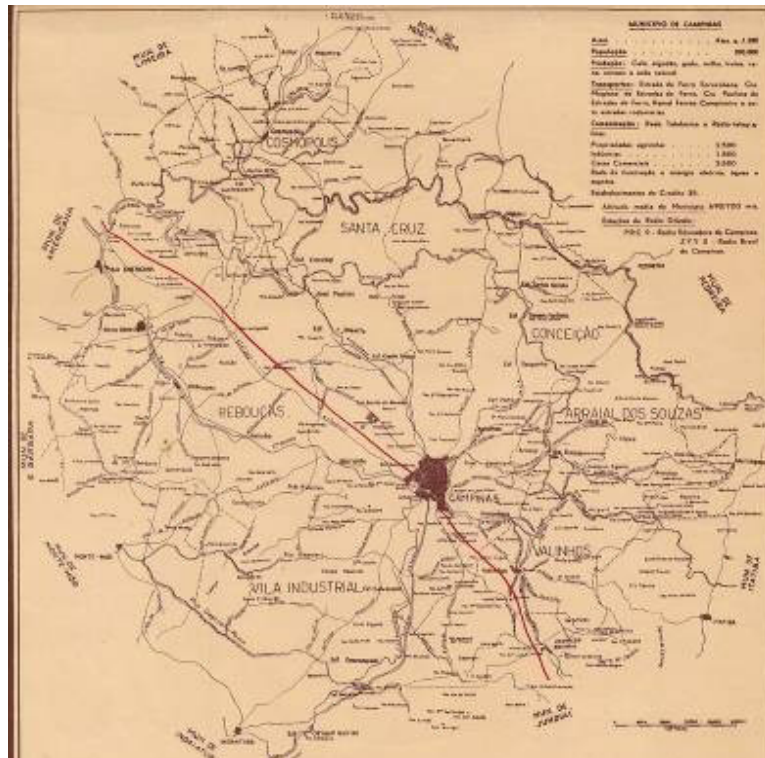


Figura 19. Mapa do Município de Campinas, 1952.



Figura 20. Pátio ferroviário de Campinas, década de 1950. Campinas, MIS.

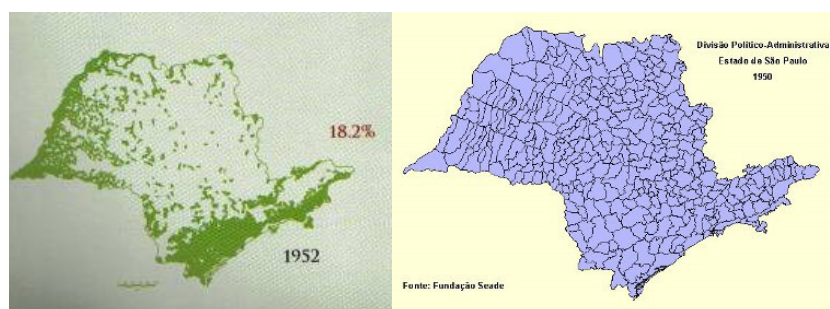


Figura 21. Fonte: Victor *et al.* Reconstituição da Cobertura Vegetal do Estado de São Paulo (à esquerda). Divisão Político Administrativa do Estado de São Paulo (à direita). Fundação SEADE.

Incorporados por algumas décadas como colonos, este grande e progressivo contingente de imigrantes se transformaria, ao longo do tempo, em pequenos proprietários rurais ou em empregados/trabalhadores urbanos, de diferentes ramos de especialidades e “negócios”; nos “sertões paulistas” do século XX, de fato, torna-se possível extrair lucro das mais variadas frentes... entre elas: da especulação da terra, do cultivo e transformação de gêneros de subsistência (farinha, macarrão), da extração e transformação da madeira, do beneficiamento de gêneros de exportação (café, algodão, arroz). E esta diversidade de possibilidades se vincula ao novo padrão (e sentido) de *cidade* que se fizera emergir; por outro lado, estas características vão possibilitar ao complexo cafeicultor sobreviver a crise da própria economia cafeeira no final da década de 1920, superar e redefinir sem maiores dificuldades seus caminhos de desenvolvimento. A cidade de Campinas pode ser tomada como exemplo: ela não apenas se refez da crise, como redefiniu suas perspectivas de produção e acumulação, passando a assumir, em poucas décadas, um papel revigorado como centro de serviços e geração de ciência e tecnologia no interior paulista.

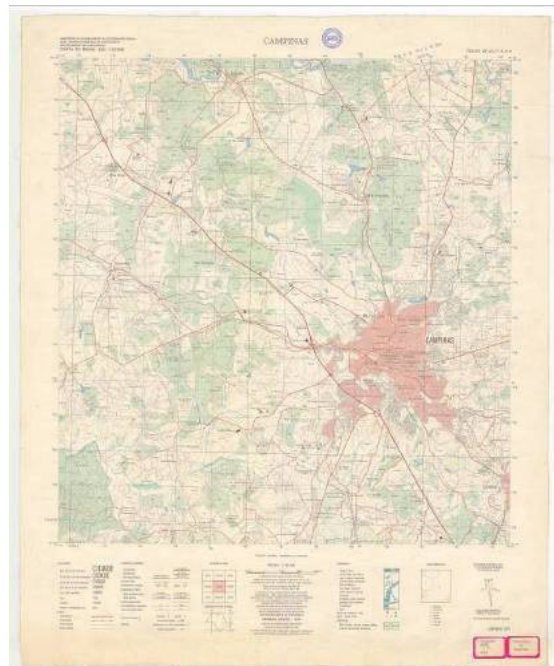


Figura 22. Mapa de Município de Campinas. Década de 1970.

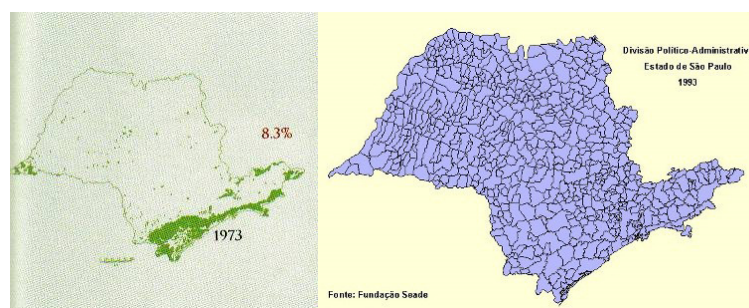


Figura 23. Fonte: Victor *et al.* Reconstituição da Cobertura Vegetal do Estado de São Paulo (à esquerda). Divisão Política Administrativa do Estado de São Paulo (à direita). Fundação SEADE.

É nestes quadros que devemos pensar a atual Região Metropolitana de Campinas... ela é expressão de uma já tradicional, complexa e integrada rede produtiva que há mais de um século vem se firmando (nos campos econômico, político, social e cultural) em escala regional, nacional e internacional. Seus 19 municípios apresentam interesses comuns, semelhanças e identidades importantes, ao mesmo tempo em que se revelam muito diferentes: eles apresentam origens diversas, composições sociais próprias, trajetórias culturais, sociais e políticas únicas... e por isso mesmo são expressivos e representativos dos diferentes “sertões paulistas” em que habitam. Os municípios de Campinas (1797), Itatiba (1857), Indaiatuba (1859), Santa Bárbara (1869), Monte Mor (1871), Pedreira (1896), Nova Odessa (1905), Cosmópolis (1906), Americana (1924), Sumaré (1945), Artur Nogueira (1948), Vinhedo (1949), Valinhos (1953), Jaguariúna (1953), Santo Antonio de Posse (1954), Engenheiro Coelho (1991), Paulínia (1964), Hortolândia (1991), Holambra (1991) guardam testemunhos das matas e dos campos, dos antigos caminhos, dos saberes ancestrais e mestiços, de tradições tropeiras e boiadeiras que, em tempos diversos, fundaram /refundaram este território.



Figura 24. Mapa da Região Metropolitana. PMC.



Figura 25. Foto aérea da região sudoeste de Campinas, 2009.

Localizada, na atualidade, no coração de um complexo entroncamento produtivo e tecnológico, estes legados culturais inestimáveis correm os maiores riscos de dissolução e, em função disso, é urgente estudar e zelar pelas suas marcas de distinção, e em função delas, desvendar os sentidos de formação e transformação de suas paisagens.

Referências bibliográficas

BACELAR, C. de A. P., Brioschi L. R. (orgs). **Na Estrada do Anhanguera: uma Visão Regional da História Paulista**. São Paulo: Humanitas/CERU, 1999.

- BRIOSCHI, Lucila Reis *et al.* **Entrantes no Sertão do Rio Pardo: o Povoamento Da Freguesia de Batatais – séculos XVIII e XIX.** São Paulo: CERU, 1991.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos Índios no Brasil.** 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras/FAPESP/Secretaria Municipal de Cultura, 1998.
- DUTRA, Miguel. **O Poliédrico Artista Paulista.** São Paulo: MASP, 1981.
- ELLIS JR, Alfredo. **A Economia paulista no século XVIII. O ciclo do Muar, o ciclo do Açúcar.** São Paulo, s/e, 1950.
- GOULART, José Alípio. **Tropas e Tropeiros na formação do Brasil.** Rio de Janeiro: Conquista, 1961.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras .** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções.** 3ª edição ampliada. São Paulo: Brasiliense, 1960.
- LEITE, Marcelo (org). **Nos caminhos da biodiversidade paulista.** São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 2007.
- MONTEIRO, John Manoel. **Negros da Terra: Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MARTINS, José de Souza. Frente Pioneira – Contribuição para uma caracterização sociológica. **ESTUDOS HISTORICOS**, n.10, p.33-41, 1971.
- MATOS, O. N. de. **Café e Ferrovia.** São Paulo: Pontes Editores, 1990.
- MEMÓRIA URBANA: **A grande São Paulo até 1940.** São Paulo: Arquivo do Estado/Emplasa/Imprensa Oficial, 2001.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer. **A Lavoura Canavieira em São Paulo.** São Paulo: Difel, 1968.
- PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulistas.** São Paulo: EDUSP, 1995.
- PINHEIRO, Niminon Suzel. **Os Nômades. Etno-História Kaingang e seu contexto: São Paulo (1850-1912).** Assis: Mestrado em História da UNESP, 1992.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Bairros Rurais Paulistas.** Livraria Dias Cidades, 1973.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Segunda Viagem a São Paulo e Quadro Histórico da Província de São Paulo.** São Paulo: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1954.
- TAUNAY, Afonso E. **História Geral das Bandeiras Paulistas.** São Paulo: Imprensa Oficial, 1950.